

Bruxelas, 17 de março de 2025  
(OR. en)

7161/25

COH 19

**NOTA**

---

de:	Presidência
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	Uma política de coesão mais dinâmica e estratégica: concretizar a mudança no contexto do atual e do próximo quadro financeiro – <i>Troca de pontos de vista</i>

---

Na reunião do Conselho dos Assuntos Gerais dedicada à política de coesão que se realizará em 28 de março, com base no documento da Presidência constante do anexo da presente nota, os ministros responsáveis pela política de coesão serão convidados a realizar um debate subordinado ao tema «Uma política de coesão mais dinâmica e estratégica: concretizar a mudança no contexto do atual e do próximo quadro financeiro».

**Documento de referência****para a reunião do Conselho dos Assuntos Gerais dedicada à política de coesão****«Uma política de coesão mais dinâmica e estratégica: concretizar a mudança no contexto do atual e do próximo quadro financeiro»**

Ao longo dos últimos meses, tem vindo a intensificar-se o debate sobre a forma que poderão assumir o próximo quadro financeiro plurianual (QFP) e a política de coesão, no âmbito desse quadro. O debate tem sido moldado por todas as partes interessadas que representam a Comissão Europeia, os Estados-Membros, as autoridades regionais e locais e outras instituições da UE, bem como organizações académicas e não governamentais<sup>1</sup>. As principais conclusões dos debates realizados até à data mostram que a abordagem de manutenção do *statu quo* não é uma opção no próximo QFP. Contudo, no que diz respeito às soluções em termos mais pormenorizados, há uma variedade de abordagens possíveis, o que torna necessário debater soluções práticas e criar consenso em torno das mesmas.

---

<sup>1</sup> Nomeadamente: Conclusões do Conselho sobre a política de coesão, Declaração conjunta dos ministros responsáveis pela política de coesão assinada por 11 Estados-Membros (BG, CZ, EE, HR, HU, LT, LV, RO, SK, SI, PL), adotada em Praga em maio de 2024; Relatório do Grupo de Especialistas de Alto Nível sobre o Futuro da Política de Coesão; Nono Relatório sobre a coesão e conclusões do Conselho sobre o mesmo adotadas em junho de 2024; Relatório de Enrico Letta: «*Much more than a market*» [Muito mais do que um mercado]; Conclusões do Conselho sobre o futuro da política de coesão.

A Comissão Europeia propôs um conjunto de principais objetivos e prioridades da UE para os próximos anos<sup>2</sup>. **Destes objetivos e prioridades constam a necessidade de tomar medidas audaciosas para garantir uma prosperidade sustentável, a competitividade, a democracia, a segurança, a defesa e a resiliência, protegendo simultaneamente os valores da UE.** A **competitividade** foi indicada como um dos principais objetivos da UE, tendo sido salientado que **estará na vanguarda e no centro do mandato da Comissão Europeia**. Um dos alicerces da competitividade da Europa é a sua população, pelo que a necessidade de **promover competências e empregos de qualidade** é fundamental. Além disso, no contexto da evolução da situação geopolítica, a **defesa europeia** também ganhou importância, tal como recentemente confirmado pelo Conselho Europeu<sup>3</sup>. A Comissão indicou eventuais ações para simplificar e reduzir os encargos administrativos, promover a rapidez e a flexibilidade da execução das políticas e coordená-las melhor a nível da UE e a nível nacional. O quadro regulamentar da UE deve ser revisto e adaptado para responder melhor às necessidades dos cidadãos e das empresas, bem como para executar os fundos da UE de forma atempada e eficaz.

---

<sup>2</sup> Comissão Europeia, 2025, *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Uma Bússola para a Competitividade da UE*, COM(2025) 30 final; *Programa de trabalho da Comissão para 2025 – Avançar em conjunto: uma União mais audaciosa, simples e rápida*, COM(2025) 45 final; Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, *Uma Europa mais simples e mais rápida: comunicação sobre simplificação e execução*, COM(2025) 47 final; Carta da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, 4 de março de 2025 [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip\\_25\\_684](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_25_684); Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: *A União das Competências*, COM(2025) 90 final.

<sup>3</sup> Conclusões do Conselho Europeu sobre a defesa europeia, 6 de março de 2025.

A Comunicação sobre o Roteiro para o próximo quadro financeiro plurianual, publicada em fevereiro de 2025<sup>4</sup>, indica que o futuro orçamento da UE deverá dar prioridade à resposta a desafios comuns nos casos em que as despesas a nível europeu proporcionem o maior valor acrescentado. A comunicação salienta com grande clareza que *«a resposta às prioridades da UE deve ser concertada – os Estados-Membros e as regiões definem muitos dos investimentos da União no terreno e o orçamento da UE apoia e incentiva a sua ação»*. Uma aplicação mais robusta de uma abordagem baseada nos resultados é destacada como uma solução para aumentar a eficácia e a rapidez da execução.

No mesmo documento, a Comissão Europeia propõe igualmente uma nova abordagem para um orçamento da UE modernizado, que deverá ter no seu cerne, nomeadamente, **«um plano para cada país, com reformas e investimentos fundamentais, centrado nas prioridades comuns, incluindo a promoção da coesão económica, social e territorial»**. A Comissão salientou que *«haverá que definir uma política de coesão e de crescimento reforçada, centrada nas regiões, que deverá ser aplicada em parceria com as autoridades nacionais, regionais e locais»*, mas a forma como tal poderá ser feito na prática exige uma explicação mais aprofundada.

Segundo a Comissão, tal plano – desde que esteja ligado à unificação e à simplificação das regras de execução – poderá proporcionar oportunidades para melhorar a coordenação entre as políticas da UE e as políticas nacionais, assegurar sinergias entre elas e promover mudanças estruturais (nos Estados-Membros e nas regiões). No entanto, existe uma certa falta de clareza quanto à proposta de inclusão de reformas e investimentos nos planos por país, especialmente no contexto dos ensinamentos retirados da execução das reformas no âmbito dos planos de recuperação e resiliência, e existem desafios no respeitante à definição de um papel adequado para as regiões neste modelo. Além disso, o eventual impacto desta nova abordagem sobre as disparidades regionais no interior de cada país e o papel das autoridades regionais e locais também não são claros e podem suscitar preocupações quanto à aplicação de uma solução única. Por conseguinte, importa que os Estados-Membros reflitam e debatam a forma como a política de coesão deverá ser aplicada no quadro financeiro pós-2027, tendo especialmente em conta as propostas da Comissão em termos de prioridades da UE, o método de execução e a posição da política de coesão nessas propostas.

---

<sup>4</sup> *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Roteiro para o próximo quadro financeiro plurianual, COM(2025) 46 final.*

Dada a intensificação da reflexão sobre a forma de alinhar as ações e políticas com as novas prioridades da UE propostas pela Comissão, **afigura-se adequado modernizar também a política de coesão já no âmbito do atual QFP, durante a revisão intercalar em curso dos programas da política de coesão.** A adaptação da atual política de coesão aos desafios comuns exigirá um esforço de todas as partes interessadas a nível da UE e a nível nacional e regional, a fim de reorientar e acelerar a execução da política de coesão e a obtenção de resultados no âmbito dessa política.

Neste contexto, a Comissão salientou que **a revisão intercalar em curso dos programas da política de coesão** poderá ser uma boa oportunidade para alinhar a política de coesão com as necessidades e prioridades emergentes da UE, especialmente com vista a estimular a competitividade, a resiliência, o reforço da segurança e a simplificação dos procedimentos da UE. Ao mesmo tempo, tem sido chamada a atenção para a necessidade de avançar em iniciativas fundamentais da UE, como o acesso a habitação sustentável e a preços acessíveis ou o reforço das capacidades de defesa na UE<sup>5</sup>. A revisão intercalar em curso da política de coesão poderá também servir de oportunidade para refletir sobre meios, possibilidades e incentivos adicionais para fins de defesa<sup>6</sup>, incluindo-se neste contexto não só as infraestruturas de dupla utilização, mas também os fins militares propriamente ditos. Por conseguinte, **é necessário refletir sobre a forma de prosseguir o objetivo de coesão, dando simultaneamente resposta aos principais desafios, como o reforço da competitividade, da resiliência, da segurança e da defesa a nível da UE e a nível nacional, regional e local, numa perspetiva de curto e longo prazo.**

---

<sup>5</sup> Nomeadamente: Discurso de Raffaele Fitto, vice-presidente executivo da Comissão, na Conferência: «*The European Way of Growth: A Growth Policy for a Secure, Resilient and Globally Competitive Europe*» [O modo de crescimento europeu: Uma política de crescimento para uma Europa segura, resiliente e competitiva a nível mundial]; Discurso de Raffaele Fitto, vice-presidente executivo da Comissão, sobre o futuro da política de coesão, na Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu – REGI; Comissão Europeia, 2025, carta da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, 4 de março de 2025 [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip\\_25\\_684](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_25_684)

<sup>6</sup> Conclusões do Conselho Europeu sobre a defesa europeia, 6 de março de 2025.

O debate durante a reunião formal dos ministros responsáveis pela política de coesão visa explorar as possíveis formas de reforçar a política de coesão. Não há dúvida de que a futura política de coesão deverá evoluir e estar mais estreitamente alinhada com as prioridades comuns da UE. No entanto, ao mesmo tempo, tem de ser preservado e ainda mais reforçado o seu principal objetivo, ou seja, alcançar a coesão social, económica e territorial.

\*\*\*

A fim de orientar o debate na reunião do Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão), a Presidência polaca convida os ministros a partilharem os seus pontos de vista sobre as perguntas que se seguem. Estas perguntas serão tratadas numa única mesa-redonda. As intervenções não deverão exceder 4 minutos.

1. Como deverão ser alcançados os objetivos da política de coesão previstos no Tratado e como deverá ser promovida a governação multinível na nova arquitetura das políticas da UE após 2027? Como deverá ser programada a política de coesão no âmbito do plano proposto para cada país, inclusive no que se refere às reformas e investimentos a nível nacional e subnacional?
2. Tendo em conta a abordagem da Comissão e as conclusões do Conselho Europeu, como deverá a política de coesão ser adaptada no âmbito do atual quadro financeiro para responder com eficácia às prioridades e necessidades emergentes?